



O "bom" casamento em áreas de fronteira, ou a difícil autonomização das "tarefas" femininas em área de fronteira

Xavier Arnauld de Sartre, Laurence Granchamp Florentino, Gutemberg Guerra, Luiza Mastop Lima, Alice Negreiros Alves, Hélène Guetat-Bernard

► To cite this version:

Xavier Arnauld de Sartre, Laurence Granchamp Florentino, Gutemberg Guerra, Luiza Mastop Lima, Alice Negreiros Alves, et al.. O "bom" casamento em áreas de fronteira, ou a difícil autonomização das "tarefas" femininas em área de fronteira. Delma PESSANHA NEVES; Leonilde SERVOLO MEDEIROS. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos, Editora Alternativa, pp.107-128, 2013, 978-85-63749-08-9. halshs-00923976

HAL Id: halshs-00923976

<https://shs.hal.science/halshs-00923976>

Submitted on 7 Jan 2014

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo Medeiros
(Organizadoras)

MULHERES CAMPONESAS

trabalho produtivo e engajamentos políticos



MULHERES CAMPONESAS
trabalho produtivo e engajamentos políticos

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo Medeiros
(Organizadoras)

© 2013 by Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras)

Direitos desta edição reservados às Organizadoras.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que citada a fonte.

Normalização: Maria Lúcia Gonçalves

Edição de texto e revisão: Rita Godoy

Capa: Marcos Antonio de Jesus

Supervisão gráfica: **Marcos Antonio de Jesus**

Diagramação: Maria José da Costa e Marcos Antonio de Jesus

Impressão: Gráfica e Editora Qualidade

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M956 Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos /
Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras).
– Niterói : Alternativa, 2013.
431 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-63749-07-9

1. Mulheres do Campo – Brasil. 2. Mulheres – Sociologia. I. Neves, Delma Pessanha. II. Medeiros, Leonilde Servolo.

CDD 305.480981

Coordenação geral:

Delma Pessanha Neves – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Leonilde Servolo de Medeiros – Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CPDA/UFRRJ.

Comitê editorial:

Delma Pessanha Neves – PPGA/UFF

Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ

Maria Angélica Motta-Maués – Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Professora Aposentada da UFPA (Universidade Federal do Pará). Professora Permanente do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFPA (Universidade Federal do Pará)

Maria Emília Pacheco – Antropóloga, gestora do Programa Direito à Segurança alimentar, Agroecologia e Economia solidária da FASE – Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional.

Maria Ignez Paulilo – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ. Professora do PPGSP/SPO/CFH/UFSC - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/Depto de Sociologia e Ciência Política/ Centro de Ciências Humanas/ Universidade Federal de Santa Catarina

Auxiliares de pesquisa:

Priscila Tavares dos Santos – Doutoranda no PPGA/UFF

Rodrigo Pennutt da Cruz – Mestrando no PPGA /UFF

SUMÁRIO

Apresentação da Coletânea	13
--	-----------

Coordenação geral do projeto editorial:

Delma Pessanha Neves

Leonilde Servolo de Medeiros

I PARTE

MULHERES CAMPONESAS E REPRODUÇÃO DE GRUPOS DOMÉSTICOS

Apresentação	17
---------------------------	-----------

Delma Pessanha Neves

Maria Angélica Motta-Maués

Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará	41
--	-----------

Maria Cristina Maneschky

Agroecologia e relações de gênero em projeto societário	65
--	-----------

Iara Aquino Henn

Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade	89
---	-----------

Maria Catarina C. Zanini

Miriam de Oliveira Santos

O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira	107
--	------------

Xavier Arnauld de Sartre

Laurence Granchamp Florentino

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Luiza Mastop-Lima

Ailce Margarida Negreiros Alves

Hélène Guétat-Bernard

Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho	129
--	------------

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Maria Geralda de Almeida

Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero	147
<i>Josiane Carine Wedig</i>	
<i>Renata Menasche</i>	

Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras	163
<i>Maria Aparecida de Moraes Silva</i>	

II PARTE

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO CAMPO

Apresentação	187
<i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	
<i>Maria Ignez Paulilo</i>	

Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação	195
<i>Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante</i>	
<i>Henrique Carmona Duval</i>	
<i>Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco</i>	
<i>Ana Paula Fraga Bolfe</i>	

Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos	217
<i>Regina Bruno</i>	
<i>Valdemar João Wesz Junior</i>	
<i>Caroline de Araujo Bordalo</i>	
<i>Silvia Lima de Aquino</i>	
<i>Laeticia Jalil</i>	

O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social	237
<i>Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo</i>	

A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres	257
<i>Neiva Furlin</i>	

Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX	283
<i>Viviane de Oliveira Barbosa</i>	

As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina	303
<i>Marilda A. Menezes e Sirlei A. K. Gaspareto</i>	

Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil	329
<i>Emma Siliprandi</i>	

III PARTE INVENTARIANDO O CAMPO TEMÁTICO DA ARTICULAÇÃO GÊNERO E CAMPESINATO

Introdução	347
<i>Delma Pessanha Neves</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	

Campos temáticos de estudo de relações de gênero em dissertações e teses	357
<i>Delma Pessanha Neves</i>	
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	

Mundo rural e relações de gênero	393
<i>Delma Pessanha Neves</i>	

Relação de títulos (dissertações e teses) afiliados ao campo de estudos no mundo rural	403
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	

Temáticas recorrentes nas teses e dissertações referentes ao universo rural	411
<i>Delma Pessanha Neves</i>	

Artigos publicados cuja perspectiva analítica contempla estudos de gênero e mundo rural	427
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	

O “BOM” CASAMENTO EM ÁREAS DE FRONTEIRA OU A DIFÍCIL AUTONOMIZAÇÃO DAS “TAREFAS” FEMININAS EM ÁREA DE FRONTEIRA

*Xavier Arnauld de Sartre**

*Laurence Granchamp Florentino***

*Gutemberg Armando Diniz Guerra****

*Luiza Mastop-Lima*****

*Ailce Margarida Negreiros Alves******

*Hélène Guétat-Bernard******

Nas principais alternativas que têm permitido a reprodução do camponado brasileiro, recorrentemente o papel da mulher é subestimado, a tal ponto que aparece como negado. Para o caso das frentes pioneiras, no imaginário coletivo associadas ao desbravador da floresta virgem, elas são preponderantemente concebidas como espaço masculino, do qual as mulheres estão ausentes, ou pelo menos significativamente sub-representadas em comparação com outras tantas daquelas alternativas (HENRÍQUEZ, 1985; LEFFERTS, 1977; THÉRY; MELLO, 2005). Todavia, concebidas como universo de violência e competição no acesso à terra, a coesão de um grupo de parentes é amplamente necessária. Posto que o trabalho dos homens é procurado e valorizado nessas regiões, a mulher pode “ajudar”, tal como também registrou Garcia em outro contexto situacional (1983), mas não é vista como capaz de realizar as tarefas de preparo da terra.

Muitas vezes concebida como projeto para instalar os filhos na terra, a migração para a fronteira torna essa mão de obra indispensável também para o pai. As filhas não recebem terra, a não ser que elas sejam casadas e que o esposo acompanhe a migração para a frente pioneira. Todavia, essa posição subordinada não implica que elas não tenham uma participação efetiva no processo produtivo, mas que o seu trabalho passa por um processo de invisibilização, em

* Doutor em Geografia, pesquisador no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, França), Unité Mixte de Recherche Société Environnement Territoire.

** Doutora em Sociologia, professora de Sociologia na Université de Strasbourg (França), Laboratoire Cultures et Sociétés en Europe.

*** Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento, professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará.

**** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, professora da Universidade Federal do Pará, Campus Marabá.

***** Mestre em Estudos comparativos sobre o desenvolvimento.

***** Doutora em Geografia, professora de Sociologia na Universidade de Toulouse 2 (França), Laboratoire Dynamiques Rurales.

função de valores em que o homem, esposo e pai de família se apresenta como provedor (CARNEIRO, 2002). Em consequência essa invisibilidade socialmente construída do seu trabalho tem como paralelo uma desigualdade na transmissão da terra. O fato de serem as primeiras vítimas desse sistema de valores que organiza a família, inclusive campesina (ARAÚJO, 1993; ARNAULD DE SARTRE, 2012), explica em parte a saída das mulheres do campo para a cidade. Se os camponeses vivem quase exclusivamente nas zonas rurais, existe uma seletividade baseada no gênero diante do êxodo rural – as mulheres migrando mais para a cidade do que os homens (BRUMER, 2008). A falta de reconhecimento do trabalho da mulher pode ser considerada como hipótese, contribuindo para explicar essa opção de as mulheres irem para a cidade.

Segundo esse ponto de vista, pode-se pensar que, exceto a concepção de crianças – que de preferência devem ser do sexo masculino –, a reprodução do campesinato em situação de fronteira é, de forma dominante, uma questão masculina. Com efeito, nessa linha de raciocínio as mulheres tenderiam sobretudo a uma ação contrária aos interesses dos camponeses, visto que elas estariam negando os investimentos na inclusão em fronteira agrícola. No entanto, sexualizar a reprodução do campesinato nos parece um erro fundamental, uma vez que a ideia está associada à visão dicotômica dos papéis masculinos e femininos.

Autores como Butler (2003) ou Longhurst (2002) colocam-nos um problema relacionado à temática de gênero, assim como a de corpo e sexualidade, em que o uso da categoria “mulheres” é posto em questão, ainda que no plural. Segundo os autores, usar a categoria “mulheres” é uma forma de pensá-las como unidade e, dessa forma, pensar uma identidade feminina.

Os mesmos autores mostram ainda que, quando relacionamos a categoria mulheres com marcadores sociais – classe, raça, idade, etnia e sexualidade –, ela parece apresentar uma incompletude essencialista. Não há como discutir identidade de gênero, sem que se discuta identidade e vice-versa, pois os sujeitos feminino e masculino (LONGHURST, 2000) se constroem em contexto social no qual há a noção de pessoa operando, bem como a construção do corpo e os possíveis usos e significados dele, assim como diversas formas de pensar e viver a sexualidade e de se relacionar entre si.

Nesse sentido, compartilhamos a ideia de que, apesar de existir diversidade de participação dos dois sexos na reprodução do campesinato, ela não se manifesta da mesma forma em todos os lugares; pode variar numa mesma sociedade ou em um grupo social, porque diferentes e diversas são as formas de se construir mulher e homem no campesinato brasileiro. A divisão sexual dos papéis nada tem de natural: é uma construção social. Não é pelo fato de se ter nascido com um corpo definido socialmente como feminino ou masculino que se aprende a ser mulher ou homem de maneira única (BUTLER, 2003; LAQUER, 1992). Esta crença se desdobra ainda na naturalização de afirmativas tais como: carregar peso é “serviço para homem”, às mulheres cabem as tarefas considera-

das “mais leves”. Tão pouco essas fronteiras são estáticas, sem flexibilidade ou “rasuras”, para lembrar o termo cunhado por Hall (2000), ao discutir a questão da identidade em tempos de globalização.

Em áreas de colonização, esses papéis, definidos por normas bastante fortes, têm dificuldade de ser alterados. Se o caráter socialmente construído dessa norma parece evidente, em casos de contestação a dificuldade encontrada para tanto é marcante. Várias mulheres não conseguem autonomia em áreas de fronteira. Da mesma forma os homens não conseguem viver sozinhos. Evidencia-se assim a importância do casamento, e em particular do “bom” casamento (ARNAULD DE SARTRE, 2012).

Neste artigo mostraremos que, nas dimensões de reprodução do campesinato brasileiro, as mulheres são menos presentes do que os homens. No entanto, isso não significa que o casamento perca seu papel nessas áreas. A presença de homens e mulheres é condição da reprodução do campesinato, até porque a migração para área de fronteira só tem sentido se for um projeto familiar. Em torno do casal está construída uma norma de separação das esferas feminina e masculina, tornando difícil a vida para solteiros em tais áreas.

A surpreendente ausência de solteiros em áreas de fronteiras

É fato que em todas as frentes pioneiras do mundo os homens seriam mais presentes do que as mulheres. Ora, os dados dos censos do IBGE, entre 1970 e 2000, mostram (Gráfico 1) claramente que, no caso do Brasil, nas zonas de fronteira (Norte e o estado do Pará), existe uma proporção de mulheres um pouco menos importante do que no resto do país. Portanto, a divisão das mulheres entre as zonas rurais e urbanas é superior às médias nacionais. As migrações de mulheres para fora da zona rural, observáveis a partir dos anos 1990, se inicia depois de outras regiões brasileiras. A menor proporção de mulheres na zona rural não parece ter relação com o fato de ser uma região de fronteira (se fosse o caso, a proporção de mulheres seria menor a partir dos anos 1970), mas com fenômenos que parecem recorrentes no Brasil inteiro.

Duas pirâmides de idade de áreas de fronteira paraense, obtidas a partir de pesquisas de campo (Gráfico 2), permitem visualizar a estrutura da população de áreas rurais de fronteiras por sexo e idade. Para obter essas pirâmides, foram aplicados questionários em 51 famílias (todas vizinhas, que informaram sobre a integralidade dos residentes da área) de três localidades de colonização do sudeste paraense, duas na microrregião de Marabá (Maçaranduba, município de Nova Ipixuna, e Palmares, município de Curionópolis) e uma nas áreas de colonização mais recente, num travessão situado ao longo da Transamazônica (esse travessão sai do quilômetro 332 Sul, no município de Pacajá). Essas áreas foram colonizadas nos anos 1990, embora mais da metade das populações entrevistadas chegasse entre 1995 e 2000 a Palmares e Pacajá, e mais cedo

(primeira metade dos anos 1990) a Maçaranduba. Para poder contrapor a pirâmide de idade nessas áreas à situação de fecundidade das famílias, projetamos a pirâmide de idade que seria observável caso todos os membros das famílias dos respectivos chefes que entrevistamos estivessem morando nas localidades. Observam-se diferenças claras entre os dados das duas localidades.

A forma geral dos gráficos, que nem podem ser chamados de pirâmides de idade, pelo tanto que a base da suposta pirâmide é estreita, é explicável pelo fato de que se trata de populações de migrantes – condição que explica uma sub-representação de algumas faixas etárias. Confirma-se que, de forma geral, há menos mulheres nessas localidades do que homens (44% e 56% respectivamente). Se até os 14 anos a proporção de mulheres e homens é comparável, isso começa a mudar a partir dos 15 anos e, muito mais marcadamente, nas faixas etárias de 25 a 35 anos. Depois dessa idade, a proporção continua a ser a mesma. Isso significa que estamos diante de um fenômeno recente de saída das jovens das zonas rurais; ou estamos diante de um fenômeno estrutural (em certas idades, as mulheres teriam maior tendência do que os homens de irem embora das regiões rurais). Se refletirmos mais detalhadamente sob a perspectiva conceitual da estrutura da população, e também levando-se em conta as localidades em que foram aplicados os questionários (Gráfico 3), as mulheres representam 40% (travessão 338 Sul) e 47% da população dessas áreas (Maçaranduba). Quanto mais recente e isolada for a fronteira, menor se encontra a proporção de mulheres.

Esse fenômeno já foi constatado e estudado em outras zonas rurais do Brasil (ver o mais recente: Brumer, 2008). Anita Brumer explica o fenômeno muito menos por fatores como a modernização da agricultura e pela melhor possibilidade de emprego para as mulheres nas cidades do que por fatores ligados ao funcionamento das famílias camponesas: as mulheres são desfavorecidas pela divisão sexual do trabalho e pelos processos de herança da terra. Queremos ampliar essa análise acrescentando dois outros fatores que são importantes nessas zonas rurais – que decorrem tanto das análises de Brumer quanto das nossas pirâmides. Com efeito, essas últimas mostram que a saída de mulheres das zonas rurais é, sobretudo, daquelas entre 15 e 35 anos, ou seja, as mais jovens. Para as outras faixas etárias, não se observa uma proporção significativamente diferente de ambos os sexos.

Para as faixas etárias mais elevadas, até os 60 anos, a proporção de homens é bem menor do que nas faixas etárias mais jovens. A diferença é em boa parte explicável pelo fato de as famílias terem por vezes uma dupla residência rural/urbana, destinada a assegurar a escolarização dos filhos acima da quarta ou da oitava séries (GRANCHAMP FLORENTINO, 2000). Mas esses resultados também podem ilustrar que os homens solteiros são poucos, confirmando que o casamento está na base da vivência nas áreas de fronteira (como também mostram ARNAULD DE SARTRE, 2012; FELIX, 2008).

A Tabela 1 é uma fotografia das condições matrimoniais dos agricultores nas áreas de colonização aqui consideradas.

Tabela 1 – Estatuto matrimonial dos agricultores nas áreas da amostra

Municípios	Solteiros	Separados	Unidos	Viúvos	Total
Maçaranduba	-	3	43	5	51
Pacajá	4	6	39	2	51
Palmares	1	7	39	4	51
Total	5	16	121	11	153

Se pelos nossos dados há uma proporção maior de solteiros em área mais isolada de fronteira, correlativamente com menor proporção de mulheres (Pacajá), ela não é, de um ponto de vista estatístico, significativa. Essa defasagem poderia ser explicada, como muitos agricultores fazem, pela complementaridade dos papéis dos homens e das mulheres.

O trabalho e a ajuda – Norma e interpenetrações no espaço familiar camponês

Nas áreas onde foram aplicados os questionários e em outra localidade da Amazônia oriental (Benfica), procuramos caracterizar e entender as relações de trabalho em famílias camponesas. O termo trabalho pode ter pelo menos dois sentidos principais: o sentido da obra ou das realizações que dão um significado à vida; e o sentido da tarefa, repetitiva e sem grande importância – como já observou Veblen em *A distinção entre a proeza e a tarefa coincide com a separação dos sexos* (VEBLEN, 1899, p. 4). Mas diferentemente da interpretação elaborada por esse autor, divisão sexual do trabalho não é natural: funciona apenas como uma norma socialmente construída. Como os depoimentos dos agricultores e das agricultoras na fronteira atestam, essas delimitações não são nada fixas ou impermeáveis.

Na modernidade, o trabalho voltou a ter outro sentido: o da realização de si mesmo, associado a uma forma de autonomia, em particular para as mulheres que tiveram acesso a um trabalho assalariado, portanto, principalmente as mulheres urbanas. Contudo, as mulheres encontradas na área de fronteira agrícola muitas vezes tiveram que renunciar à autonomia alcançada em um ou outro momento da sua vida, geralmente quando moravam na cidade. Assim, parece-nos importante ressaltar a diversidade de trajetórias das mulheres, e como as mesmas influenciam no tipo de relacionamento do casal, tanto do ponto de vista da divisão das tarefas, como nas suas possibilidades de construção de um espaço de autonomia ou de reconhecimento/valorização da sua contribuição.

A norma em relação à qual são descritas as atividades de cada sexo em casais da fronteira reafirma a definida por Afrânio Garcia. O marido assegura a produção dos grãos e do gado, além de se encarregar dos trabalhos mais pesados: aqueles associados à força física, como derrubada de mata ou preparo da terra para plantar. A mulher cuida, em primeiro lugar, das tarefas domésticas de limpeza e confecção das refeições, bem como dos pequenos animais e, quando tiver, do quintal.

Pesquisadora: Por que são os homens que plantam o arroz?

Antonio: É porque sempre as mulheres não sabem plantar, né? Aí os homens quem plantam só[zinhos].

Pesquisadora: E quando a mulher fica só, ela faz?

Antonio: Não faz, não! Faz só assim, ir lá na roça capinar mato, [a]panhar um feijão, quebrar o milho, [a]panhar um arroz, mas outro serviço assim de roça mesmo, não vai; pra derribar [derrubar] também não vai, né, plantar, também, só se for plantar alguma cova de melancia, um milho, uma coisa assim, mas outro legume ela não sabe, né?

Pesquisadora: Não se ensina para as mulheres como fazer?

Antonio: Ensina! Ensina!

Pesquisadora: Mas elas não podem fazer?

Antonio: É, não pode porque elas têm o serviço de casa pra fazer, né? Aí o homem não vai ficar em casa, deixar a mulher e mandar ela ir pra roça e o homem ficar em casa, né? Aí o homem vai pra roça e a mulher fica em casa.

Pode-se observar aqui a resposta firme que justifica a divisão do trabalho entre os sexos pela natureza dos corpos masculinos e femininos. O saber é, na realidade, associado ao poder físico, como se pode deduzir do tipo de trabalho agrícola que a mulher seria capaz de realizar. Ao final, podemos entender que é a mesma norma de divisão do trabalho que define o lugar da mulher no espaço doméstico; é ela que impede a mulher de participar ativamente dos trabalhos agrícolas.

Segundo a norma, as grandes decisões que poderíamos chamar de estratégicas são da responsabilidade do marido, que pode até consultar a sua esposa, não significando que o ponto de vista da mesma possa levá-lo a reavaliar a sua decisão. Na fala dos homens, essa postura é muito comum, tal como exemplifica Antônio, esposo de Santana:

Antonio: É, tem a condição, que às vez o cabra quer, quer ir pra um movimento assim e a mulher discorda [discorda] que não quer, né? Aí, aquilo eu acho muito, muito ruim, né? Às vezes o cabra quer ir pra um caminho certo, aí a mulher já quer tirar pra ir pro caminho errado, né? Aí descontrola, né?
[...]

Pesquisadora: Mas e aí, sempre são os homens que estão certos, eles decidem, é a mulher que tem que seguir, que aceitar?

Antonio: Eu acho que a mulher tem que seguir os passos que o homem dá, né? Se ela não quer seguir os passos que o homem quer fazer, aí nada [vai] em frente; os dois têm que andar tudo combinado certo, né? Porque se não combinar, não, nada vai pra frente.

A norma que define o projeto familiar no casamento

Pode-se considerar essa postura como típica do pensamento tradicional, que confere ao homem a responsabilidade e o poder de decidir. O uso da metáfora da dança é bem ilustrativo: o homem tem de “dar os passos”, a direção, e a mulher tem de acompanhar, senão “descontrola”, torna-se impossível ir para a frente.

Contudo, existem duas situações observadas nas quais essa norma foi contrariada. A primeira se relaciona com a participação dos homens no universo feminino, prestando uma “ajuda” nas tarefas dela; e a segunda é inversa, quando as mulheres separadas ou viúvas têm de operar no universo masculino, para assumir a responsabilidade das atividades agrícolas.

É o caso de Mateus, um jovem agricultor recém-assentado (que tem um discurso totalmente semelhante ao de Antônio em relação à divisão sexual do trabalho):

Pesquisadora: E você pode ajudar no trabalho dela também?

Mateus: Pode!

Pesquisadora: E faz o que quando ajuda?

Mateus: Ah ! Ajudo a lavar roupa quando precisa, né? Mas é mais no caso da doença, né? Mas quando está bom assim, tem as tarefas da gente, aí a gente se ocupa mais naquilo. Mas se vier o caso, né, igual ao que aconteceu com meu irmão, que a esposa dele viajou, ele fazia tudo! Cuidava da casa, lavava roupa, e ainda trabalhava na roça. Então, a gente sabe fazer um

pouquinho, pode fazer um pouco de comida, lavar um pouco de roupa... não faz igual a ela, né? Que uma vez eu desci pra lavar a minha roupa lá, e quando vim, pensando que eu tinha ido, ela tinha chegado. Não sei se a roupa ficou boa! A gente ajuda, sim. Se a minha tarefa foi pouca, aí estou desocupado, dói na consciência, [se] não vai ajudar ela. Porque ela levanta cedo, precisa ficar na frente do curral pro gado não sair, aí ela fica, e aí ela ajuda a gente, a gente ajuda ela também! Vai vivendo nessa parceria assim, até Jesusinho [Jesus Cristo] aí decidir!

Ou ainda o Sr. A. Borges (Gogó):

Pesquisador: Nesses trabalhos que o senhor faz, o senhor faz sozinho ou com a esposa?

Sr. Gogó: Eu sempre faço mais meus meninos. É, à esposa pertence aqui o pilão, a cozinha, a viagem do poço, lavagem de vasilha, uma roupa, o varrer do terreiro, mexer com algum bicho, quando cobra um pouco.

Pesquisador: O trabalho de debulhar a fava é normalmente o senhor que faz? [ele estava justamente fazendo esta atividade quando da realização da entrevista]

Sr. Gogó: Não, normalmente é ela. Eu faço na hora em que tá apertada, que quase eu não tenho tempo pra isso, mas quando ela tá apertada eu faço.

Pesquisador: E as meninas fazem o quê?

Sr. Gogó: Elas estudam, chegam, lavam os pratos, ajudam a cuidar de alguma coisa.

Pesquisador: E a esposa do senhor faz o que durante o dia, desde que ela acorda até a hora que ela vai dormir?

Sr. Gogó: Ela, o pão pra nós comer né, e daí continua, vai pro pilão pisá o arroz, vai lavá uma vasilha, uma roupa. À tarde é a mesma coisa, o caminho da cozinha nunca se acaba, né, é a que trabalha mais da família é a cozinheira, e nunca acaba o serviço da mulher, ela começa de manhã, e se bobear ela vai à noite e não dá conta talvez. Eu sempre tenho prestado atenção. Muitas vezes o homem tem que se orientar e ajudar a mulher porque ela talvez não dá conta de fazer [tudo] durante o dia.

Nessa descrição das normas de repartição do trabalho no quotidiano entre homens e mulheres, o último percebe muito bem a diferença entre trabalho e tarefa, mas os dois entrevistados consideram igualmente que o papel de “bom esposo” necessita de vez em quando que ele intervenha no domínio feminino, se a esposa não estiver em condição de encarregar-se de todas as tarefas. Essa intervenção é vista como uma “ajuda” sempre pontual e geralmente parcial – não se trata de redefinir os papéis, pois os homens têm fortemente consciência de ultrapassar esta fronteira. No caso de uma substituição mais ampla nas tarefas femininas pelo homem, este tem o cuidado de sublinhar que não dispõe das competências iguais às da mulher para esse tipo de tarefa (como no caso do Mateus e a limpeza da roupa). Portanto, o mesmo termo de “ajuda” pode ser utilizado todas as vezes que um ou outro sexo é chamado para realizar tarefas normalmente devidas ao outro.

Mas como toda norma, em particular na agricultura familiar (NEVES, 1995), regras e estruturas devem ser analisadas como criações sociais. Essa norma sofre variações, dentro das quais a mais significativa parece ser quando uma mulher orienta o funcionamento do estabelecimento agrícola e dá a impressão de que é o esposo quem ajuda.

Autonomia da esposa ou “casamento em genro”?

Em alguns casos da amostra, foi observada uma forma de relações de gênero que daria mais poder à esposa. As esposas são proprietárias da terra, contratam crédito no próprio nome e são responsáveis pelas relações com as associações locais ou mesmo regionais. Ela pode parecer surpreendente em relação ao ideal típico que acabamos de caracterizar. O caso da Rosemar é característico dessa situação:

Entrevistador: Então, tu ganhas mais dinheiro que o Fogoio porque és tu que faz os negócios?

Rosemar: É, é, eu quem faço os negócios, daqui, dacolá é eu quem ganha mais dinheiro que ele mermo, porque ele não quer sair de casa, “tu vás, tu! Sempre és tu mesma que resolve tudo, e aí tu vás e aí eu fico aqui”. Ele fica só no serviço dele aí.

Entrevistador: E como tu te queixas que tem de pedir dinheiro pra ele, se és tu que ganhas dinheiro? Tu vendes as coisas...

Rosemar: Mas, muitas das vezes, o dinheiro dele não dá nem para fazer as coisas que tem que fazer [risos]. Tem que pedir a ele mesmo, ele é que tem que se virar. Aqui, o negócio é assim: pra fazer compra fora eu mesmo é

quem vou direto. Sempre o povo diz assim: “vem cá, tu não é casada, não?”. “Eu sou casada, gr    s a Deus, sou mãe de oito filhos”. “E cad   teu marido?” “   porque nós temos o que fazer. Nós não podemos sair os dois. Quando um sai, o outro fica”. Agora, em festa, eu sempre vou. Festa! Gosto de festa, mesmo! Gosto de brincar. Gosto de beber um gor   [risos]. Agora o Fogoi      maranhense, mas    do maranhense velho das pernas duras, que não sabe dançar. Vai pra festa, fica l   olhando e eu dan  o mais meus amigos. Dan  o mesmo! Eu gosto de brincar. Eu acho que    por isso que eu ...

Entrevistador: Mas ele sempre vai junto pra festa?

Rosemar: Vai, ele fica l  , senta num banco l  , dentro de casa, muita das vezes fica fora, e “   xente! não vai dançar, não? Não, não vou, não”. E aí eu arrocho a dançar mais as minhas colegas. E aqui dacol   que aparece uma Skol, uma 51, uma coisa qualquer e eu estou dentro, bebendo também [risos]. [...] Nós vendemos pra poder pagar a segunda parcela da nossa conta no banco, n  . Aí que a gente fez o Pronaf, n  , a gente recebeu gado, e aí eu já paguei a primeira parcela, o ano passado, e esse ano tem a segunda parcela pra eu pagar. Que eu ainda não fui porque t   faltando ainda cinquenta reais e aí eu ainda não fui pagar. Mas nós já estamos com o cheque.

Essa situa     se repete várias vezes nas entrevistas. Mas em todos os casos, parece que a desigualdade entre os membros do casal já existia como pressuposto do casamento, isto é: a esposa vindo de uma família dotada de mais recursos financeiros do que a do seu marido. Quando nós tentamos saber se o casal tinha d  vidas, Rosemar respondeu o seguinte:

Entrevistador: Nem com os pais, com os parentes do Fogoi  ?

Rosemar: Não. O   nico débito    esse. O meu pai, eu, pelo meu pai até nem tanto, que fica perto n  , que daqui prali não é distante, pra onde o meu pai mora. Agora o pai do Fogoi  , eu nunca nem vi [risos]. Não sei nem se ainda    vivo. O povo do Fogoi  , aqui ele só tem mesmo de parente só eu e os filhos.

A terra na qual vive hoje o casal foi em parte comprada pelo pai de Rosemar. Quando isso acontece, parece que o genro “ajuda” bastante o sogro no lote dele, reatualizando uma rela     de d  vida que normalmente se observa entre um pai e seus filhos. Nas famílias camponesas de área de fronteira, não é raro que, quando um pai compra a terra na qual vive seu filho, este continue ajudando sem querer remunera     do seu pai durante anos. Quando o pai não consegue

dar terra a seus filhos, ele corre o risco de vê-los afastar-se em busca de terra ou de emprego, e assim perder essa ajuda. Quanto às filhas, elas se destinam a morar na terra do seu marido, o que pode explicar que alguns pais digam que criar uma filha é uma perda de tempo – pois, quando elas casam, afastam-se do pai e vão para a família do seu sogro. Se o pai compra a terra do seu genro, tal como exemplificado anteriormente, reproduzem-se as mesmas obrigações atribuídas ao filho (ARNAULD DE SARTRE, 2012). Isso é uma solução comum em muitas sociedades camponesas que adotam uma regra de transmissão desigual e orientada para os filhos homens (geralmente o mais velho): a “captação” de um homem pelo casamento para reconstruir uma linhagem, chamado “casamento em genro” (DOUSSET, 2009; TESTART; GOVOROFF; L’ÉCRIVAIN, 2002). Trata-se de uma estratégia praticada em várias regiões do mundo. Foi isso que aconteceu com Rosemar e Fogoió. Só que, depois de um tempo, o casal saiu da área que estava perto da terra familiar e foi buscar outra na região de fronteira. Como a terra foi comprada pelo sogro, está no nome de Rosemar, que fica então responsável pelo contrato de crédito. Na época da entrevista, o casal não tinha mais relações com a família de Rosemar, mas ela continuava tendo uma autonomia frente ao esposo, a ponto de diferenciar esse casal do ideal-tipo da família camponesa.

Esses casos mostram que a aparência de naturalidade das relações ideal-típicas, anteriormente apresentadas, tem na verdade uma base econômica bastante forte: quem compra a terra tem uma capacidade mais forte de negociação no relacionamento do casal. Demonstram assim a importância do casamento e principalmente das condições nas quais esse casamento foi contratado. Tais situações podem explicar por que o casamento tem de ser tratado com cuidado analítico, até mesmo por que a problemática do casamento acaba não sendo a mesma para os homens e as mulheres. A Tabela 2 mostra claramente que, sobretudo em área de colonização recente, os que vivem sozinhos (solteiros e separados) são sobretudo homens.

As mulheres na dependência de um “bom” casamento

Outro caso de contradição da norma de divisão sexual do trabalho encontra-se quando a mulher é viúva, separada ou quando o marido falha ao assumir as suas responsabilidades (como é o caso de alguns maridos bebedores e jogadores). Nessas circunstâncias, as mulheres assumem as responsabilidades dos homens e trabalham na roça, como são os casos de Maria, viúva, e de Luzia, casada com um ex-alcoólico. As duas sempre usaram uma energia fenomenal para garantir a subsistência de uma família numerosa, tanto na roça quanto nas atividades anexas, como quebrar coco de babaçu para tirar óleo ou fazer farinha de mandioca para vender. Assim Luzia conta:

Luzia: Aqui, nós fazemos tanta coisa! Agora mesmo esses dias, eu fui ajudar ele na roça, ali pra plantar o feijão. Ajudar ele engarranchar. Botar o carvão pra queimar, a roça não queimou boa. Teve umas partes que nem a cor não queimou. Aí teve que engarranchar. Aí tirando desse serviço daí, quando ajudo ele, eu só cuido aqui da casa. Eu lavo a louça, roupa e as vasilhas, aí pronto! Porque é muita gente! Mas sempre quando eu tenho tempo, eu ajudo ele, na roça. A gente apanha arroz, quando tem que quebrar o milho, ajudo também, quebrar o ramo... a gente capina o mato do arroz, não é todas as vezes, porque mulher não é como homem, que tem temporada que não pode! Aí eu aproveito mais assim, quando eu posso, aí eu ajudo. Agora, no apanhar do arroz, é direito, todo mundo ajuda pra apanhar arroz.

Essas incursões na esfera de responsabilidade do homem geralmente são percebidas (inclusive pelo próprio esposo) como uma falha da sua capacidade de assumir seus encargos. Com efeito, o trabalho da mulher é considerado como o sinal de que o marido não consegue sustentar a família (GARCIA JUNIOR, 1983). O trabalho do marido dentro do lote é tido como mais significativo, a mulher podendo “ajudar” o marido nos períodos de maior necessidade, às vezes, realizando a comercialização.

Em vários casos, observamos que as mulheres foram associadas pelo pai ao trabalho agrícola durante a infância e juventude. Elas não tiveram oportunidade de estudar porque o pai precisava de toda mão de obra disponível para ajudar a realizar as tarefas agrícolas. Isso significa que a diferenciação sexual das atividades pode se concretizar apenas depois do casamento. E para as mulheres, mais particularmente, quando ganham a primeira criança. Pode-se considerar que o ensino-aprendizagem de técnicas agrícolas do pai para as filhas constituiu uma forma de transmitir, se não um patrimônio material, pelo menos um patrimônio de conhecimentos que pode servir na vida. Este aprendizado foi útil para algumas entrevistadas, na ausência de um nível de escolaridade que pudesse lhes ajudar a pretender um emprego na cidade.

Assim testemunha Luzia:

Eu fui criada assim: o papai levava nós pra roça e tudo era pobre. É muito filho! Ele levava nós pra roça e nós aprendemos a trabalhar mais ele. E aí casei! Meu marido só trabalha de roça, e aí na hora que ele vai pra roça muitas vezes ele reclama: “Mulher fica em casa”. Mas eu fico até doente quando eu fico só em casa! Nós voltamos pra roça mais tu. “Não, não é pra ir, não, pode ficar”. Mas quando ele pensa que não, estou chegando lá, com facão velho, com roçadeira, aí eu chego lá, estou ajudando ele. Aí é plantar mandioca pra fazer farinha... e só não dei conta aqui é de torrar farinha. Mas as outras coisas da farinha, eu sei fazer tudinho.

Apesar do orgulho que transparece nessa última fala, todas as mulheres que tiveram que aplicar esses saberes transmitidos pelo pai para poder sustentar a família avaliam a experiência em termos de sofrimento.

Outro caso é o da Santana, a própria esposa do Sr. Antônio, que expressava uma adesão forte à norma tradicional de divisão sexual do trabalho, antes de casar com ele, quando experimentou por muitos anos a situação de mulher solteira, trabalhando sem ajuda na roça.

Santana: [...] Meu pai morreu, fiquei com oito anos de idade, e aí eu me casei, me ajuntei com um homem. A primeira vez não deu certo, eu não fui, fiquei com o filho dele, aí me juntei; a segunda vez já fiquei com o filho, e daí pra cá fiquei com quatro filhos sozinha e eu fui pelejar pra criar com a ajuda só de Deus. Eu não tinha apoio de irmão, irmão não me apoiava. Nenhum! Eu não tinha apoio dos meus irmãos, somente da minha mãe abaixo de Deus, e minha mãe por mim só. E minha luta foi muito forte, criei meus filhos, já estão do tamanho que estão e trabalhando de roça, era lutando, trabalhando de roça, saía de casa de manhã e aí arrumava uma merendinha pra eles e deixava um pequeno tomando de conta, que tudo era pequenininho, e ia pra roça. [...]

Hoje eu vivo com um homem que não é pai deles, mas, apesar dele não ser o pai de nenhum, me ajuda bastante. Morei oito anos sozinha, hoje tá dentro de cinco anos que vivo com esse homem na minha companhia. Abaixo de Deus tem ele por mim, então hoje eu tenho uma forte ajuda. Abaixo de Deus tem ele que me ajuda bastante, trabalha direito, bota tudo dentro de casa e tá me ajudando a criar. Agradeço muito a Deus em primeiro lugar, em segundo lugar a ele, de ter me dado esse apoio, de me tirar daquele sofrimento em que vivia. Hoje eu trabalho mais ele muito, nós trabalhamos de roça, se ele botar onze linha de roça ou dez ele não pede trabalho que não tem dinheiro pra pagar, quem ajuda é eu mais minhas filhas, nós vamos tudo, até as mais pequenas vão pra roça. Chega cada um com um facãozinho limpando.

Santana expressa aqui tanto um certo alívio de ter encontrado um companheiro que lhe ajude, quanto um certo orgulho em dizer que ela consegue ajudá-lo no trabalho no campo, com participação ocasional das suas filhas. De fato, não é a mesma situação do casal anterior, Luiza e Raimundo. Antônio, não sendo o pai das meninas, não deveria se sentir desprezado, rebaixado pela participação das mulheres. Podemos considerar que, pelo menos na forma que Santana afirma, ela considera essa participação como um retorno da dívida, em troca do trabalho de Antônio, que a ajuda a criar as filhas.

Essa afirmação expressa também outro fato de maior importância: para uma mulher de fraca condição, o estatuto social só pode ser estabelecido – ou reestabelecido – pelo casamento. De uma certa forma, a gratidão que expressa Santana está intimamente ligada à dependência na qual a sociedade rural mantém ainda as mulheres em relação com os homens para lhes assegurar uma posição social.

A norma que estabelece que uma mulher deve ficar em casa para cuidar dos serviços domésticos, finalmente, reforça a situação de dominação e de pobreza, dando uma visibilidade à mesma. Observa-se que, entre os entrevistados, quem possui mais condições de aplicá-la são aqueles que conseguiram alcançar um nível de vida relativamente superior à média dos demais casais. Não ter necessidade de ajudar no serviço agrícola é um sinal, mesmo que modesto, de elevação social. Assim pode ser entendido o testemunho de Aurenice, mulher de uns 30 anos, quando conta: “Mas eu também já trabalhei na roça, né. Quando a gente casou e estava apertado, né. Eu colhia arroz, milho. Hoje eu já não faço mais isso.”

Tendo ajudado o pai durante toda a infância, ela tem um bom conhecimento do trabalho no estabelecimento, até para cuidar dos animais (o que geralmente é trabalho dos filhos homens). Ela casou com um rapaz cujo pai tinha terra suficiente para distribuir para os três filhos. Também Aurenice recebeu do seu pai algumas cabeças de gado e um pedaço de terra.

As formas pelas quais as entrevistadas mulheres descrevem suas atividades cotidianas diferem umas das outras. Ao contrário do que sinaliza Anita Brumer, por exemplo, essa situação não é por elas considerada como uma desvalorização do seu trabalho. Muitas mulheres que encontramos são felizes por não participarem do trabalho agrícola. Desse modo, elas não descrevem apenas as suas atividades produtivas ou domésticas, mas têm outras atividades mais valorizantes, e até mesmo lazer. Por exemplo, muitas agricultoras designavam a ajuda dos filhos nos deveres de casa como a sua tarefa mais importante do dia. Isso é muito significativo para compreender o modelo de família que podemos chamar de moderno, na medida em que o número de filhos é bem menor (de dois para três ou quatro no máximo), e a atenção dada à escolaridade é central. Nas normas camponesas, um bom casamento é uma condição de felicidade.

Entrevistadora: Por que a senhora acha que suas irmãs tiveram mais sucesso? O que faz o sucesso na vida?

Luzia: Elas têm uma coisa assim, o marido delas desde o início do casamento é bom pra elas, elas nunca tiveram uma vida sofrida igual eu, então é um sucesso. Elas levam uma vida melhor.

Entrevistadora: As mais sucedidas moram no campo?

Luzia: Tem uma que mora. Que é a Hilda que mora ali também. Acho que ela tem uma vida boa também. [...] Ah! O marido dela não bebia, não jogava, não gastava... aí tinha mais condição!

O casamento, a base da vivência nas frentes pioneiras

O isolamento das zonas de fronteiras, nas quais se precisa, muitas vezes, de um dia inteiro de viagem para chegar à cidade mais próxima, e o fato de o trabalho da roça ser duro e necessitar da presença feminina ao lado do marido explicam em boa parte essa situação. Ela torna-se clara quando um marido cuja mulher acabou de abandoná-lo explica ter vontade de “arrumar outra mulher” ou de vender a terra:

Entrevistador: O senhor está satisfeito aqui? Sua relação com a terra, o senhor gosta daqui, do lote? Quer ficar aqui? Quer continuar?

Sr. Groselino: Olha, eu gosto do lote, mas satisfeito eu não estou, porque não tenho costume de ficar só, que nem gato na tapera. Eu, toda vida, de dezesseis anos pra cá, eu nunca fiquei só! Quando separo de uma mulher, arrumo outra, né? Ficar sozinho, eu não fico aqui dentro.

Entrevistador: Mas o senhor já está pensando assim em...?

Sr. Groselino: Olhe, porque se eu não arrumar uma companheira logo pra mim, eu entrego a terra para os meninos e vou dar uma volta.

Mesmo se o que diz esse agricultor se deve ao fato de ficar “sem jeito” depois da saída da sua esposa, a realidade é que ele saiu mesmo do lote dele, veio entregá-lo ao filho de sua esposa (não sabemos se houve transação financeira). Esse tipo de comportamento pode explicar por que o número de solteiros nas zonas rurais de fronteira é tão pouco importante. O Sr. Groselino explica o fato de precisar de uma mulher ao seu lado com os argumentos de ajuda que já encontramos. Portanto, o homem não precisa de uma mulher ao seu lado com uma tal intensidade como essas mulheres que acabamos de citar. Na verdade, não se trata apenas de a mulher assumir tarefas domésticas como limpar e cozinhar, pois, pode-se imaginar, de um ponto de vista econômico, que a presença de uma cozinheira é facilmente dispensável em zonas de fronteira. Basta citar os garimpeiros, que conseguem trabalhar anos sem a presença de uma mulher; ou de muitos agricultores que encontramos e que trabalharam anos sozinhos na roça, assumindo também essas tarefas.

De fato, a necessidade para os agricultores, de contar com uma mulher a seu lado, tem uma explicação muito mais sociológica. Como já foi demonstrado (ARAÚJO, 1993; LE BORGNE-DAVID, 1998; WANDERLEY, 1998; WOORTMANN, 1995), as migrações nas zonas rurais de fronteira são muitas vezes um meio de reprodução familiar. Nesse caso, a migração só faz sentido se for realizada pela família inteira. Estudamos casos em que agricultores preferem não fazer uma migração do que fazê-la sem o acordo e a presença das esposas (ARNAULD DE SARTRE, 2012).

Esse é o caso do Sr. Antonio, que encontramos no Assentamento Benfica. O seu percurso é bastante diversificado, tanto do ponto de vista das migrações quanto do ponto de vista das suas relações conjugais. Casado uma primeira vez aos 16 anos, ficava viajando de fazenda em fazenda, no Maranhão, à procura de trabalho. Logo ele esperava que o casamento fosse uma oportunidade de “se fixar”, não apenas sentimentalmente, mas social e materialmente. No entanto, as condições não foram reunidas imediatamente para que atingisse o seu objetivo, e esse primeiro casamento não deu certo. Depois de uma experiência de migração temporária no Pará, ele queria levar a esposa e o filho para a fronteira, na esperança de conseguir um pedaço de terra ou melhores oportunidades de trabalho. Mas a esposa não aceitou. O motivo do fim do casamento foi, portanto, a recusa da esposa em migrar para a fronteira. Apenas no terceiro casamento foi que ele encontrou uma mulher disposta a morar em área de fronteira agrícola com ele, o que começou a lhe abrir novas oportunidades de vida.

Se a migração para áreas de fronteira é um fenômeno que propicia a reprodução das famílias de agricultores, o fato de mulheres entre 15 e 35 anos saírem com maior recorrência das zonas rurais não pode ser considerado um indicador de ruptura desse modelo de projeção social do campesinato. Temos mostrado que na nova geração há uma nítida ruptura em relação ao ideal social de reprodução do campesinato pela migração (ARNAULD DE SARTRE, 2012). Esse fenômeno ainda é corroborado por mudanças nos padrões de fecundidade das mulheres (ARNAULD DE SARTRE, 2005; ARNAULD DE SARTRE; GUÉTAT; DINIZ-GUERRA, 2006). Nessas mudanças, as mulheres jovens têm um papel claramente precursor: são elas as primeiras a não quererem ir além da fronteira (ARNAULD DE SARTRE, 2005). Essa postura, como mostra Anita Brumer, deve-se ao fato de as mulheres serem, obviamente, desfavorecidas pelas relações sociais que estruturam as famílias de agricultores, assim como pelas práticas de transmissão do patrimônio (CARNEIRO, 2004). Mas de forma geral, a postura também se deve ao desligamento do modelo de reprodução da agricultura familiar, que se fundamenta em famílias extensas e migrações para novas áreas. No entanto, voltamos a ressaltar que esse fenômeno não é generalizado, mesmo que haja menos mulheres do que homens nas áreas de fronteiras. O processo não ocorre em proporção distanciada do que poderia se esperar, sobretudo quando se sabe que, na maioria dos casos, as mulheres que

moram nessas áreas não têm emprego fora da agricultura – diferentemente da situação de muitas áreas rurais do mundo.

Outro ponto que ressaltamos: mesmo que o Gráfico 1 mostre que a saída de mulheres da zona rural seja um fenômeno recente, ilustrado pela forma desequilibrada das pirâmides de idade, ele vem sendo preparado, muitas vezes, pelas mãos dessas agricultoras, em contestação à autoridade dos maridos. O estudo qualitativo das relações de gênero entre os casais mostra que, se há uma norma bastante forte que estrutura essas relações, o caráter construído dessa norma autoriza negociações entre os casais.

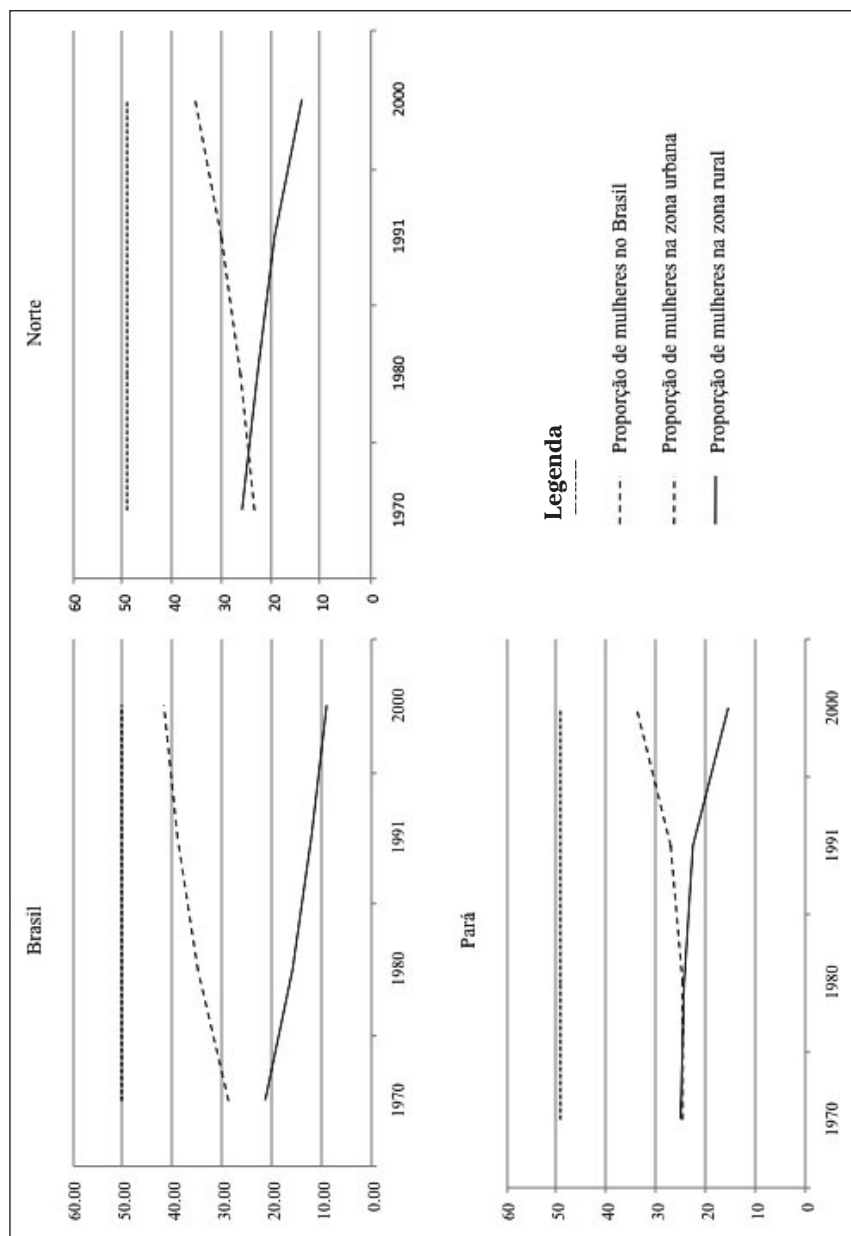
Considerações finais

Da mesma forma que a fronteira agrícola foi considerada como oportunidade induzida de realizar uma modernização conservadora referenciada por políticas públicas, podemos entender a migração de famílias camponesas para a fronteira como uma forma de procurar manter (ou reconstruir) uma identidade social. Esse processo também teve como efeito conter ou diferenciar algumas transformações nos papéis dos homens e das mulheres, apresentando uma certa dimensão de “modernização conservadora” no plano das famílias, e mais particularmente no relacionamento dos casais.

Existem normas que referenciam a relação homens/mulheres nessas áreas. As variações das normas ocorrem diante da distribuição do patrimônio econômico ao casar-se. As mulheres mais atingidas por uma posição de transição são as que detinham um dote, ou as que realizaram um casamento abaixo da condição social de sua família. Essa estratégia é favorecida quando o conhecimento do noivo ou de sua família deixa pensar que ele é um pretendente que interessa à estratégia familiar da noiva, mas sobretudo quando se trata de realizar uma migração para a fronteira a fim de garantir mão de obra suficiente em torno do pai da esposa. A transição para essas mulheres se traduz, em primeiro lugar, por uma diminuição do número de filhos. Mas não se traduz por um conflito de normas entre tradição e modernidade: de fato, elas ficam muito próximas do modelo tradicional de separação das esferas masculinas e femininas nos casais.

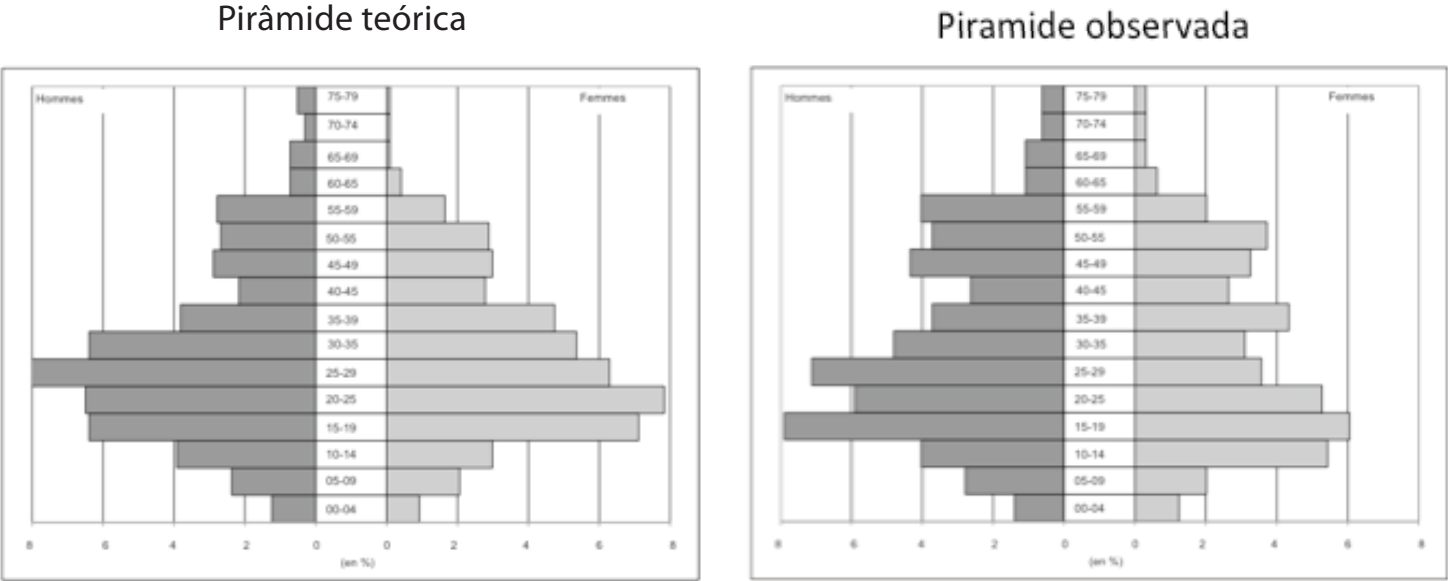
A autonomia e a liberdade de movimento conquistadas pelas mulheres na sociedade nacional representam um peso nas relações entre homens e mulheres. Mas essas mulheres têm finalmente uma margem de liberdade estreita para compor novos papéis femininos nesse meio rural particular que é o da fronteira agrícola. Algumas conseguem, em pequenos passos, dedicando-se ao comércio com a ajuda do marido ou através de implicações associativas. Outras podem enfrentar dificuldades maiores e escolher se instalar na cidade. A possibilidade dessa escolha, que pode ir até a ruptura, é insuportável para certos homens, reação que pode em parte explicar a violência da qual são vítimas as mulheres posicionadas sob condições sociais e econômicas mais frágeis.

Gráfico 1 – Evolução da proporção de mulheres em zonas rurais brasileiras



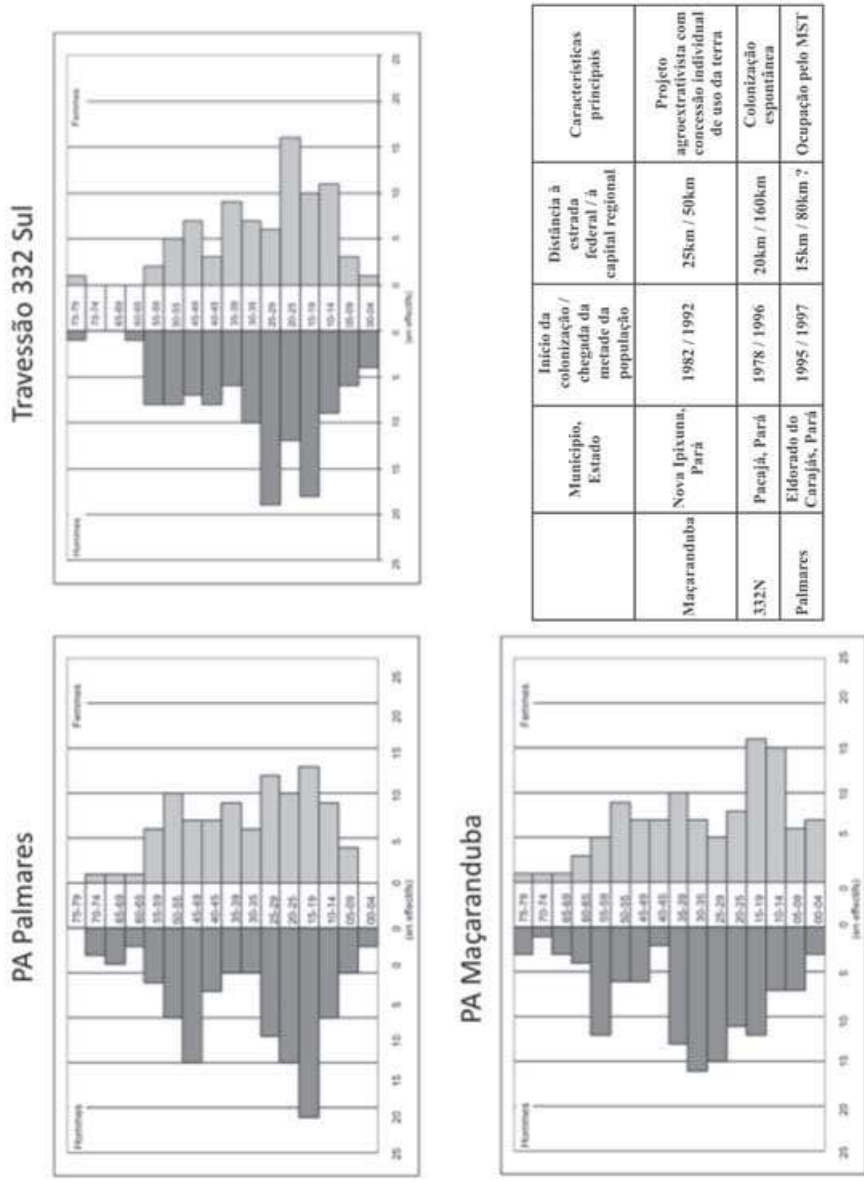
Fonte: IBGE.

Gráfico 2 – Pirâmides de idade elaboradas segundo padrões de fecundidade de famílias de áreas de colonização da Amazônia oriental



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Gráfico 3 – Contraste entre pirâmides de idade de três áreas de colonização na Amazônia oriental



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Referências

- ARAÚJO, Roberto. *La cité domestiques: stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne*. 1993. Thèse (Doctorat) - Université de Paris X, Paris, 1993.
- ARNAULD DE SARTRE, Xavier. Les jeunes filles des fronts pionniers amazoniens: “passeuses” du changement et négociatrices d’une nouvelle ruralité? In: CAPRON, G.; CORTES G.; GUÉTAT, H. (Eds.). *Liens et lieux de la mobilité: ces autres territoires* Paris: Belin, 2005. p. 29-43.
- _____. *A mosaica pioneira*. Niterói: EdUFF, 2012. No prelo.
- ARNAULD DE SARTRE, Xavier; GUÉTAT, Hélène; DINIZ-GUERRA, Gutemberg. Contrôle de la natalité et changement social des familles paysannes de fronts pionniers d’Amazonie orientale brésilienne. *Autrepart*, Paris, n. 39, p. 21-38, 2006.
- BRUMER, Anita. Gender relations in family farm agriculture and rural urban migration in Brazil. *Latin American Perspectives*, Newbury Park, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade na agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 19, p. 176-185, 2002.
- _____. Héritage et rapports de genre chez des familles paysannes au Brésil: deux études de cas. *Etudes Rurales*, [S.l.], v. 169-170, p. 93-108, 2004.
- DOUSSET, Christine. Femmes et héritage en France au XVIIe siècle. *Dix-septième Siècle*, Paris, n. 244, p. 477-491, 2009.
- FELIX, Gil Almeida. *O caminho do mundo. Mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- GRANCHAMP FLORENTINO, Laurence. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, v. 2, p. 19-37, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HENRIQUES, Maria. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3-4, p. 317-56, 1985.

LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1992.

LE BORGNE-DAVID, Anne. *Le salariat plutôt que la malaria: les migrations paysannes du Sud-Brésil vers l'Amazonie*. Paris L'Harmattan, 1998.

LEFFERTS, H. L. Frontier Demography: An Introduction. In: MILLER, D. H.; STEFFEN, J. O. (Eds.). *The frontier, comparative studies*. Norman: University of Oklahoma Press, 1977. p. 33-55.

LONGHURST, Robyn. Geography and gender: a 'critical' time? *Progress in Human Geography*, London, v. 26, n. 4, p. 544-552, 2002.

_____. Geography and gender: masculinities, male identity and men. *Progress in Human Geography*, London, v. 24, n. 3, p. 439-444, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 25, n. 2-3, p. 21-36, 1995.

TESTART, Alain; GOVOROFF, Nicolas; L'ÉCRIVAIN, Valérie. Les prestations matrimoniales. *L'Homme, Revue Française d'Anthropologie*, Paris, v. 161, n. 1, p. 165-196, 2002.

THÉRY, Hervé; MELLO, Nelli Aparecida. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: EDUSP, 2005.

VEBLEN, Thorstein. *The theory of the leisure class*. New York: MacMillan, 1899.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnB, 1995.